

Impactos de uma tecnologia social de confecção de bolsas no combate à pobreza: um caso de extensão universitária no interior do Ceará

Impacts of a social technology of confection of bags in the fight against poverty: a case of university extension in the interior of Ceará

Antonio Ailton de Sousa Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil
Doutorando em Psicologia
ailtonlimah12@gmail.com

Sandy Kelly Santana de Oliveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Acarape, Ceará, Brasil
Aluna egressa do curso de Bacharelado em Antropologia
sandykelly072@gmail.com

Camila da Conceição

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Redenção, Ceará, Brasil
Aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia
camillas659@gmail.com

Vanessa Silva Oliveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Redenção, Ceará, Brasil
Aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia
vanessa1387@live.com

Jessica Rodrigues Malaquias

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Redenção, Ceará, Brasil
Aluna do curso de Bacharelado em Humanidades
jrodriguesmalaquias@gmail.com

James Ferreira Moura Júnior

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Fortaleza, Ceará, Brasil
Professor do Instituto de Humanidades
jamesferreirajr@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, tem como objetivo analisar a tecnologia social de confecção de bolsas como estratégia de combate à pobreza a partir de um projeto de extensão universitária em um bairro no interior de um município cearense. Foram realizadas dez oficinas vinculadas a essa tecnologia social com a participação de cinco mulheres, sendo aplicado um Grupo Focal de avaliação de impactos. Foi realizada análise de conteúdo do material transcrito. Identificamos que a tecnologia social de confecção de bolsas fortaleceu os vínculos afetivos entre as participantes. Também ocorreu a aprendizagem da confecção de bolsas, de educação financeira e de compreensões críticas sobre direitos sociais. Com isso, concluímos que a extensão universitária, alinhada à realização de tecnologia social, proporcionou mudanças para as envolvidas tanto no nível operativo como no nível de criticidade e de emancipação social.

Palavras-chave: Tecnologia Social, Extensão universitária, Pobreza.

ABSTRACT

The objective of the present work is to analyze the social technology of making bags as a strategy to fight poverty from a university extension project in a neighborhood in the interior of a northeastern city. Ten workshops related to this social technology were held with the participation of five women, using a Focus Group to evaluate the impacts. An analysis of the content of the transcribed material was carried out. We identified that the social technology of making bags strengthened the affective bonds between the participants. It was also observed the learning of bags confection, of financial education and of critical understanding about social rights. With this, we concluded that the university extension aligned with the realization of social technology provided changes for those involved, both at the operative level and at the level of criticality and social emancipation.

Keywords: Social Technology, University extension, Poverty.

INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes da contemporaneidade é a ascensão de visões e políticas neoliberais, ocasionando um aumento de desigualdade e pobreza, principalmente nos países ditos em desenvolvimento (Accorsi & Scarparo, 2019). A universidade tem o compromisso de atuar perante essas desigualdades a partir do desenvolvimento da extensão universitária crítica (Paula, 2013). Dessa forma, o fomento de estratégias de suporte social e inclusão produtiva para grupos em situação de pobreza pode ser uma via da diminuição das iniquidades sociais (Ximenes, Moura Jr. & Castro, 2015). A tecnologia social (TS) também pode ser entendida como essa ação padronizada com foco no enfrentamento de problemas sociais localizados (Lassance & Pedreira, 2004). Assim, tem-se como objetivo deste artigo analisar a Tecnologia Social de confecção de bolsas como estratégia de combate à pobreza a partir de um projeto de extensão universitária em um bairro no interior de um município cearaense. Nesse sentido, este escrito estrutura-se em três seções. No momento inicial, na introdução consta a historicidade da extensão universitária e sua importância enquanto ferramenta comunitária, pois, quando alinhada à TS, visa promover processos de enfrentamento frente a situações de privações, como a pobreza. Assim, discorre-se sobre o processo de implantação da TS e suas implicações. Em seguida, tem-se a metodologia, a qual se apresenta como uma pesquisa qualitativa realizada com mulheres em uma comunidade periférica em uma cidade do interior do Ceará. Baseado em uma pesquisa-ação, o percurso metodológico conflui na descrição dos procedimentos desenvolvidos na tecnologia social e na pesquisa. Os resultados e as discussões focam nos relatos das mulheres participantes, apontando para os impactos da TS na inclusão produtiva. Dessa forma, compreendemos que a extensão universitária pode ser uma aliada junto ao desenvolvimento de tecnologias sociais no combate à pobreza.

Compreende-se que a extensão universitária e a aplicação de tecnologias sociais podem confluir para o desenvolvimento de responsabilidade ética e social através da ciência. Assim, as propostas de intervenção, nesse sentido, focam na compreensão, na denúncia e na superação das desigualdades presentes na sociedade atual (Moura Jr. & Ximenes, 2016).

Surgindo em um contexto pós-guerra, a Tecnologia Social ou tecnologia apropriada define-se como um procedimento replicável voltado para um propósito específico com foco na resolução de uma problemática, como inclusão produtiva, combate à pobreza, fortalecimento de práticas comunitárias e locais (Rodrigues & Barbieri, 2008). Segundo Silva & Dagnino (2011), a TS caracteriza-se por mobilizações coletivas voltadas para o desenvolvimento de um processo de trabalho vinculado à inclusão produtiva ou expansão da renda de um determinado grupo social que vivencia situação de privação a partir da criação de um produto final (Félix, Quirino, Grangeiro & Silva Jr., 2009).

No entanto, pode-se questionar se essas tecnologias sociais realmente intervêm na realidade modificando a estrutura desigual. De acordo com Las-

sance e Pedreira (2004), a TS pode ter a capacidade de modificar um sistema mais amplo, sendo uma alternativa da lógica capitalista vigente (Lassance & Pedreira, 2004). Destacamos ainda que a TS não se trata de um trabalho pronto. Ela está em processo de aperfeiçoamento apesar dos procedimentos replicáveis. Ou seja, a Tecnologia Social é "um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida" (ITS, 2007). Em prática, a TS surge com a premissa de solucionar os problemas sociais enraizados na sociedade. Assim, criam-se métodos que podem ser reaplicáveis em diversos contextos de maneira simples e eficaz. A extensão universitária pode ser a via adequada de desenvolvimento da TS, pois desempenha o papel fundamental em estreitar relações entre o âmbito científico – caracterizado pelos pilares da pesquisa, ensino e extensão – e o âmbito social, em que se concebe a comunidade externa. Desse modo, a extensão universitária alinhada à TS viabiliza processos que integram a teoria e a prática, tornando a universidade pública protagonista no processo de mediação (Batista & Kerbauy 2018). Além disso, torna-se responsável por fomentar inserções que promovem e garantem o desenvolvimento social, com enfoque em atividades libertadoras e culturais, buscando melhoria para as condições de vida da população.

Nesse seguimento, as instituições de ensino superior são provedoras de formar e educar profissionais, bem como possibilitar a construção do pensamento crítico, organizando e articulando saberes, formando cidadãos e agentes que exercerão funções sociais. A universidade caracteriza-se em três eixos fundantes: o ensino, a pesquisa e a extensão. Quando estes estão fortemente alinhados, a universidade é verdadeiramente um "espaço mediador de produção e de difusão do conhecimento" (Ribeiro, Cavalcante, Albuquerque & Vasconcelos, 2016, p. 56), cumprindo sua responsabilidade social. Paula (2013) discorre que a extensão foi a última a surgir "seja por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande medida, além das salas de aulas e dos laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo" (Paula, 2013, p. 5). Ribeiro et al. (2016) mencionam que a extensão deve estar voltada para as demandas concretas da população. Assim, a extensão pode ser entendida como uma estratégia de difusão de conhecimento de maneira dialógica e colaborativa. Dessa maneira, é primordial o desenvolvimento de uma atuação coletiva junto com as pessoas inseridas em seus contextos. Com isso, consideramos que a extensão universitária alinhada à TS pode propiciar melhorias na qualidade de vida em uma comunidade, considerando que esse processo deve estar pautado no respeito às questões locais e voltada para a apropriação do conhecimento pela comunidade externa (Cristofolletti & Serafim, 2020).

Paula (2013) expõe que a extensão é um mecanismo que contribui com um desenvolvimento mais justo, igualitário e democrático, sendo a universidade

esse canal de transformação social. Nesse sentido, como principal dispositivo entre o contexto científico e social, concebemos a extensão universitária como ferramenta comunitária. Recorre-se à Psicologia para que se possa entender o dinamismo da extensão frente aos contextos comunitários. Sendo um dos eixos que estabelece maior contato com a comunidade externa, seja em espaços públicos ou privados, exigindo alguns procedimentos para que o planejamento de suas atividades seja efetuado.

É necessário historicizar os processos de extensão, principalmente no que diz respeito à atuação de uma abordagem comunitária e social. A considerar os contextos políticos e econômicos que condicionam assimetrias pautadas na exploração, opressão e miséria das populações latino-americanas, é necessário forjar práticas de extensão a partir do paradigma da libertação, assim estando sensível a inúmeras realidades desassistidas (Góis, 2004). Esse é um movimento de crítica às estruturas hegemônicas que se faz presente em várias áreas do conhecimento (Martín-Baró, 2017). Desse modo, a universidade em conjunto com movimentos sociais deve visar lutas comunitárias em prol da práxis (Ximenes, Moura. Jr. & Castro, 2015). Pontua-se que, para a efetivação da extensão, deve-se utilizar alguns métodos e epistemologias (aportes teóricos com propostas de intervenção e de mudança social), visando o cuidado com os possíveis grupos a serem trabalhados. Nessa perspectiva, busca-se subsídios no campo da interdisciplinaridade, por meio da psicologia, educação, filosofia e demais segmentos. Dessa maneira, recorrer a uma abordagem social e comunitária é estar inteiramente comprometida na compreensão da realidade, e atuando diante de forma ética e política em prol da transformação/emancipação dos sujeitos e de suas realidades (Martín-Baró, 2017; Freire, 1987).

Convém pontuar que todo e qualquer processo comunitário deve ser realizado sob uma perspectiva democrática e libertadora. Assegurando-se, nesses pilares, a extensão universitária, que, do mesmo modo que facilita processos de mudança e transformação social, também possibilita processos de tomada de consciência. Salienta-se que "a conscientização ocorre quando o sujeito passa a atuar ativamente no processo de mudança da realidade social de opressão, apropriando-se de um posicionamento mais interventivo" (Ximenes, Moura Jr. & Castro, 2015). Concebemos a extensão universitária como facilitadora e aplicadora de estratégias em compromisso, lutas e ações sociais. Pontua-se que estes processos só se tornam possíveis a partir de uma participação coletiva. É uma chamada em busca da superação de problemas sociais (concomitantemente com agentes externos e políticas públicas), de tal forma a construir espaços mais justos, solidários, potentes e dotados de sentido de comunidade. Entende-se que a extensão universitária pode ser uma forma de enfrentamento à pobreza, ou seja, como um dispositivo comunitário que viabiliza/facilita processos emancipatórios.

Tomando como pano de fundo territórios que sofrem com uma estigmatização social, como contextos periféricos e rurais, salientamos a importância da extensão universitária em se fazer presente nesses espaços. Afinal, na maioria

das vezes, são comunidades desassistidas pelo poder público, ou seja, são “populações minoritárias em relação a direitos” (Ribeiro et al., 2016). É possibilitar e democratizar o acesso ao direito e aos conhecimentos advindos da universidade – cumprir sua função social. Dessa forma, a extensão universitária atua como fio condutor para que o acesso a esses conhecimentos (Mendonça & Silva, 2002) chegue em territórios que geralmente não vislumbram notoriedade enquanto cidadãos. Cabe ressaltar que esses espaços, socialmente marginalizados, sendo eles periféricos ou rurais (por não estarem no centro, tornam-se margem), geralmente estão atravessados pela pobreza, pois há um caráter relacional da pobreza com a falta de recursos financeiros. Pontua-se que esses sujeitos acabam sendo culpabilizados e responsabilizados pela situação de pobreza em que se encontram; desse modo, desencadeia “uma estigmatização da pobreza que constitui formas de reconhecimento depreciativo do pobre” (Ximenes, Moura Jr. & Castro, 2015).

Entendendo a pobreza diante de uma abordagem multidimensional, é importante considerá-la para além das condições materiais (Accorssi & Scarparo, 2019). Frente às implicações psicossociais, e entendendo que ela é constituída de um prisma com diversas matizes (intersubjetiva), torna-se necessário que se aponte estratégias e formas de enfrentamento da pobreza. Entende-se a TS como uma dessas possíveis estratégias de combate, pois é voltada para a resolução de problemáticas sociais a partir de procedimentos replicáveis em diversos contextos (ITS BRASIL, 2007). Buscando-se alternativas diante de problemas sociais, que afetam determinado grupo ou à sociedade como um todo, é necessário primeiramente obter conhecimento sobre a comunidade na qual será implantada a TS, para que não se venha a afetar negativamente sua dinâmica. Neste caso, a extensão universitária permite-nos conhecer o campo, seus problemas e potencialidades, baseando-se na minimização dos prejuízos para os atores dessa investigação e ampliação dos benefícios para esses indivíduos e para sociedade (Gibbs, 2009). Como já elucidado, a TS valoriza o conhecimento da comunidade e, alinhada à sua atuação, fornece possibilidades reais de emancipação, conscientização e mobilização dos indivíduos, devendo ter cunho coletivo e político no tocante ao compromisso com a transformação da realidade (Oliveira, Dantas, Solon & Amorim, 2011).

Com o compromisso de desvelar as relações de dominação e atuar junto à população oprimida no fomento de processos de mudança social, é necessário que as Tecnologias Sociais interajam de forma simples e prática com o público em questão. Moura Jr., Rebouças Júnior, Alencar, Oliveira, Pinho, Ximenes e Gadelha (2014) indicam que, para atuação em uma realidade de vulnerabilidade e de pobreza, a busca por atuações conjuntas com as/os moradoras/es das comunidades é primordial para a efetivação de uma mudança transformadora a nível local. Com isso, este escrito objetiva analisar a Tecnologia Social de confecção de bolsas como estratégia de combate à pobreza a partir de um projeto de extensão universitária em um bairro no interior de um município cearense.

METODOLOGIA

Tipo de pesquisa

Seguindo uma abordagem qualitativa, o presente estudo busca captar os sentidos do cotidiano (Minayo & Sanches, 1993). Com isso, é possível reconstruir a realidade por meio de vivências comunitárias no desenvolvimento da tecnologia social de confecção de bolsas com mulheres de um bairro periférico de um município do interior do Ceará. Ancorada na pesquisa-ação, buscou-se fazer reflexões sobre as ações e intervenções realizadas no bairro em estudo. Pontuamos que tal método ajudou a formular um planejamento das estratégias a serem realizadas no que diz respeito à observação, reflexão e mudança (Grundy & Kemmis, 1982). Segundo Tripp (2005), a pesquisa-ação é uma forma de investigação que intervém diretamente na realidade, utilizando técnicas de pesquisa para identificar os impactos da ação desenvolvida. Neste estudo, a ação desenvolvida refere-se ao desenvolvimento de uma TS de confecção de bolsas por meio de oficinas com mulheres em situação de pobreza.

Campo de pesquisa

O locus social da pesquisa é em um bairro periférico no interior do Ceará, conhecido popularmente pelos moradores da cidade como Centro Comunitário. A escolha desse bairro deu-se em virtude da proximidade com um campus da Universidade Pública Federal interiorizada. A cidade conta com cerca de 29.053 habitantes (IBGE, 2010). Após análises e comparativas com outros municípios acerca do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), inferiu-se que a cidade tem um índice de desenvolvimento médio, considerando outras cidades do Estado.

Caracterizando o bairro em ênfase, destaca-se as assimetrias existentes entre a comunidade e a universidade. O bairro tem as condições de vida atravessadas pela pobreza e pelo descaso do poder público municipal, como deficiências na coleta de lixo e falta de uma rede de saneamento básico. Tem, ainda, um caráter residencial e familiar, cujos moradores dividem a vizinhança com os estudantes que vieram por intermédio da nova universidade na cidade. Esse bairro tornou-se espaço de atuação e pesquisa de um grupo de investigação vinculado a essa universidade, a fim de potencializar as relações comunitárias existentes, bem como gerar espaços de diálogo e criticidades entre as pessoas da comunidade e a universidade.

Participantes

Com a intenção de traçar um perfil socioeconômico das mulheres que

participaram das oficinas da TS, pontuamos aspectos como: idade; cor/raça; religião; estado civil; filhos/as; se é beneficiária de algum programa governamental; e, por fim, a escolaridade. Destacamos que os nomes adotados para se referir às participantes são fictícios. No processo de nomeação, escolheu-se nomes de cinco atrizes negras brasileiras. Destaca-se que os nomes não possuem nenhuma relação direta como o nome verdadeiro e nem com aspectos físicos das participantes, sendo elas:

1.Tabela: Características das participantes das oficinas da tecnologia social de confecção de bolsas

Nome	Idade	Cor / Raça	Religião	Estado civil	Quant. Filhos/as ⁹	Recebe Benefício do governo	Escolaridade
Tais Araújo	58 anos	Parda	Católica	Casada	03	Sim	Ens. Fundam. Incompleto
Sheron Menezes	60 anos	Parda	Católica	Divorciada	02	Não	Ens. Médio Incompleto
Cris Vianna	46 anos	Parda	Católica	Casada	02	Sim	Ens. Fund. Incompleto
Juliana Alves	64 anos	Parda	Católica	Casada	02	Não	Ens. Fund. Incompleto
Lucy Ramos	25 anos	Parda	Católica	Solteira	00	Não	Ens. Médio Completo

Fonte: Autoria própria.

Procedimentos e Técnicas de Coleta

A fim de conduzir o/a leitor/a sobre o percurso metodológico e prático, descreve-se os fundamentos teóricos que, ao confluir com a práxis, culminou em produtos e, assim, pode-se obter resultados acerca da implantação da Tecnologia Social (TS) com um determinado grupo de mulheres de uma comunidade periférica do interior do Ceará. Caracterizado por uma abordagem qualitativa, ancorada na pesquisa-ação, a ideia é remontar as vivências e afetos produzidos pelo grupo de mulheres do bairro em estudo, ressaltando-se como se concebeu a introdução e o processo de aplicação da TS.

Foi necessário um planejamento inicial, no qual se pudesse compreender os processos técnicos e teóricos, buscando alternativas de oficinas a serem trabalhadas com base no público afim. A proposta da TS é de confeccionar bolsas com materiais recicláveis a partir de oficinas mediadas por temáticas voltadas para direitos sociais, educação financeira, inclusão produtiva e cooperatividade.

Definidas as principais questões, inicia-se a formação do grupo de mulheres. No entanto, para dar início ao grupo, foi necessário realizar um processo de inserção comunitária. Foi feita uma parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é um meio de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A seguir, foram feitas caminhadas comunitárias e visitas domiciliares com educadoras/es sociais que trabalhavam no CRAS e tinham inserção na respectiva comunidade. Foi identificado um espaço, que estava inserido na comunidade, para realização das oficinas. Além disso, as mulheres da comunidade foram convidadas para participarem das oficinas de confecção de bolsas. O processo de inserção comunitária é um momento de extrema importância para a construção de vínculos e reconhecimento dos agentes externos (Góis, 2005). Com isso, iniciaram-se os encontros com as mulheres interessadas, totalizando – inicialmente – 10 mulheres. Acordado entre as participantes e conforme a disponibilidade das extensionistas, os encontros se davam semanalmente, no período da tarde, às segundas-feiras. Com isso, as oficinas se iniciaram em outubro de 2019 e se encerraram em dezembro do mesmo ano, totalizando dez encontros.

Pontua-se que foi considerado o horário que as mulheres tinham maior disponibilidade, não comprometendo, assim, seus afazeres diários e tampouco a sua participação no grupo, levando-se em consideração que, atualmente, a maioria das mulheres ainda é a responsável pelas atividades domésticas. Santana (2006) pontua que, além de sobrecarregadas com os afazeres diários, ao sair de casa para outras atividades, são vítimas de múltiplas opressões, estruturantes de uma sociedade patriarcal. A autora alerta que atingir verdadeiramente a igualdade de gênero em uma sociedade machista ainda é um grande desafio. É notório que as trajetórias em análise são permeadas por exclusões e silenciamentos. Dessa forma, com o intuito de promover criticidade, bem como aprendizagem e apropriação da técnica de confecção de bolsas, os encontros também possibilitaram o reconhecimento dos direitos sociais, bem como do entendimento sobre cooperativismo e educação financeira, possibilitando uma maior sustentabilidade da TS na comunidade. Igualmente, tem-se como premissa a consolidação dos vínculos entre as moradoras da comunidade.

Seguindo nessa perspectiva, afirmamos que pode haver o fortalecimento das mulheres a partir das oficinas e da apropriação da produção de bolsas. Conforme as temáticas e discussões que encabeçaram os encontros, estima-se que ocorram processos de compreensão crítica sobre os direitos sociais, assim como também um olhar sobre a realidade de pobreza. Contudo, para alcançar tais objetivos, é necessário existirem compreensão e informação sobre os benefícios aos quais os cidadãos têm direitos. Igualmente, são necessárias ações precisas para que seus direitos possam ser efetivados. Valim (2016) defende que outro fator determinante relacionado ao acesso às informações públicas é a transparência, pois as informações do setor público deveriam ser abertas e acessíveis, possibilitando que, assim, as partes interessadas possam usá-las da maneira mais adequada ao seu propósito, facilitando o acesso aos direitos do

cidadão. Convém salientar que, apesar de algumas mulheres serem beneficiárias de programas governamentais, elas não possuíam uma compreensão mais ampla sobre determinado tema. Desse modo, as extensionistas apresentavam com mais detalhes as informações referentes aos direitos sociais.

Outro ponto que se considerou de extrema importância tratar no grupo, foi de se trabalhar as relações interpessoais entre mulheres, abordando temáticas que tratam dos processos de subjetivação. Assim, propôs-se como prática interventiva a dinâmica do "Espelho na Caixa", que culminou em narrativas pessoais. As participantes relataram diversas problemáticas vivenciadas em seus lares, como relações com seus companheiros. Com base nos escritos de Nogueira (2017), concebemos que historicamente a mulher é imposta ao lugar de inferioridade perante ao homem, fomentando a dependência ao olhar do outro e pondo em relevância secundária o seu olhar de si. Após um momento de conversa e reflexão com as demais participantes, uma delas, que apontava que seu companheiro tinha problemas de abuso de álcool, percebeu que é necessário cuidar de si. Deste modo, esse momento grupal possibilitou-lhe enxergar outra imagem de si, recuperar a autoestima e se sentir fortalecida.

Pode-se compreender, diante desse relato, que as oficinas permitiram que um sentimento de coletividade surgisse entre as mulheres, demonstrando apoio mútuo, tecendo uma rede de relações confiáveis, na qual o suporte mútuo é o mais valorizado (Sarason, 1974). Bem como aflorando o sentido de comunidade, no qual ele é tido como sinônimo de sentimento de pertencimento, mutualidade e interdependência voluntária. Esses posicionamentos funcionam como contraponto ao isolamento, à solidão e à apatia, levando à satisfação de importantes necessidades como intimidade, diversidade, utilidade e pertencimento.

Ressalta-se que a TS desenvolvida tem a função de trabalhar a subjetividade dessas mulheres, buscando entender como elas se percebem e quais os desafios encontrados. Nesta perspectiva, espera-se entre as participantes atitudes de maior respeito e cooperação, e também o fortalecimento das relações comunitárias. Tendo-se como "[...] ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo" (Costa, 2007, p. 58). Desta forma, menciona-se a realização de uma dinâmica (na qual uma participante passaria uma bola para outra por meio de uma colher que ficava na boca) com que teriam que criar estratégias em prol de não deixar a bola cair. É importante destacar que não poderiam utilizar as mãos. Esta dinâmica mediou o tema da oficina sobre a importância da coletividade, da aprendizagem e do trabalho em grupo. Ocorreram, então, nas oficinas, processos de aprendizagem em que as mulheres e extensionistas eram aprendentes e ensinantes (Beauchair, 2009).

É importante também evidenciar o processo de aprendizagem das mulheres presentes nos encontros, com o qual são trabalhadas suas dificuldades, bem como, exploradas as habilidades que já possuem. Pontua-se que coope-

ativismo e inclusão produtiva foram baseados na construção coletiva de três bolsas ao longo das dez oficinas da TS. “Nesta situação, não há uma negação da tecnologia, mas sua inovação” (Félix, Quirino, Grangeiro & Silva Jr., 2009, p. 20), ou seja, há uma busca por meios que viabilizem e garantam a realização de um produto final. Dessa forma, as bolsas foram elaboradas a partir de caixas de leite, tecidos e outros materiais de baixo custo e fácil acesso. Abaixo, seguem as ilustrações das bolsas produzidas pelas mulheres da comunidade, nas figuras 1, 2 e 3:

Figura 1- Bolsa de tecido



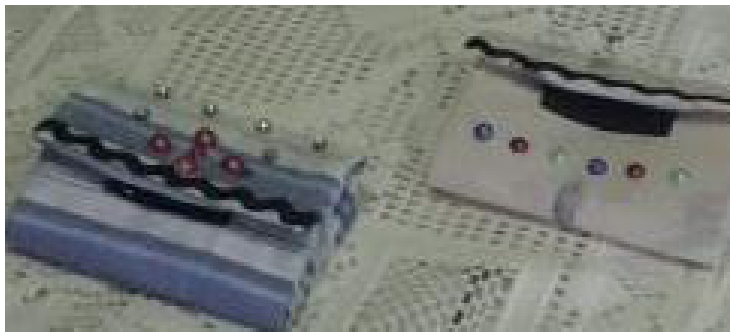
Fonte: Fotografia feita pela equipe de extensão.

Figura 2 - Carteira de Caixa de Leite



Fonte: Fotografia feita pela equipe de extensão.

Figura 3- Carteira Porta-Moeda



Fonte: Fotografia feita pela equipe de extensão.

Como devolutiva, conta-se também com a produção de uma cartilha com o passo a passo do processo de confecção das bolsas, pensando-se na utilização no processo de continuação do trabalho realizado pelas participantes nas oficinas. Isso poderia facilitar na produção por meio de um percurso explicativo de manuseio do material utilizado. Possibilitou-se que essas mesmas mulheres possam atuar em outros momentos como facilitadoras, ensinando o que aprenderam e ajudando outras mulheres a investirem na produção e a adquirirem uma renda extra.

Na finalização das dez oficinas, recorreu-se à técnica do Grupo Focal (GF), enquanto instrumento de coleta de informações, buscando-se uma interação e discussão participativas entre asicineiras e as mediadoras (Bomfim, 2009). Através dessa técnica, foi possível proporcionar troca de opiniões e experiências, potencializando-se o protagonismo das participantes, e entendendo-se tal discussão como construção de resultados coletivos, além de permitir a elas verem a sua comunidade de outra perspectiva, ou seja, com um olhar produtivo e também como um potencial econômico diferenciado a partir de suas ações. Pontua-se que todos os procedimentos respeitaram à e foram realizados de forma ética. Esses procedimentos de pesquisa foram aprovados no Comitê de Ética da universidade pública localizada no território.

Análises realizadas

Nesse estudo, recorre-se à Análise de Conteúdo, no qual se utilizou das transcrições do Grupo Focal com mulheres participantes das oficinas de TS. De acordo com Bardin (2010), essa análise tem como finalidade a interpretação baseada em inferência a partir de indicadores quali-quantitativos. Há seis técnicas possíveis na utilização dessa abordagem: análise categorial, análise de avaliação, enunciação, expressão, análise das relações e análise do discurso. Nesse estudo, utiliza-se a análise categorial.

Resultados e Discussões

As relações estabelecidas entre sujeitos em espaços comunitários são essenciais para o fortalecimento de vínculos. Com o propósito de configurar uma concepção sobre Sentido de Comunidade e ter a tecnologia social como ferramenta comunitária, pontua-se a possibilidade de construção e fortalecimento entre um grupo de mulheres de determinado bairro periférico em estudo.

Após o fim das oficinas, buscou-se compreender como a TS, enquanto dispositivo comunitário, possibilitou mudanças/afetações para as participantes, contextualizando-se por meio de suas narrativas. Compreende-se que a experiência dessas mulheres, vista de forma isolada, não permite vislumbrar o caráter transformador da TS (Bava, 2004), mas a partir da leitura em conjunto das vivências e do contexto social, é possível ver o impacto na vida das participantes. Nessa perspectiva, a TS da produção de bolsas e carteiras permitiu às mulheres uma maior compreensão sobre a importância do cooperativismo, do fortalecimento dos vínculos interpessoais, da reutilização de materiais, além de potencializar o sentido de comunidade que cada uma adquiriu.

Pontua-se que havia um grande interesse das participantes em confeccionar as bolsas, pois serviriam para o uso pessoal e também como artigos para presentear ou como produto que pudesse ser vendido. Essa possibilidade de venda pode gerar uma nova estratégia de renda, diminuindo as condições de pobreza, a partir de uma perspectiva econômica. Além disso, é possível impulsionar o processo de empoderamento das representações coletivas dessas mulheres, permitindo-se o "habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, às alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das majorias e pela distribuição de renda" (Bava, 2004). No Brasil, apesar de as mulheres apresentarem uma maior taxa de escolaridade em relação aos homens, elas têm uma renda inferior a eles, podendo receber até 42,7% menos do que os homens, quando competem no mercado de trabalho brasileiro (Rosemberg, 2001).

Tendo em vista que as tecnologias sociais podem contribuir como estratégia de combate à pobreza, Valadão, Cordeiro Neto e Andrade (2017) abordam que a TS pode "basear-se em tecnologias simples, de baixo custo e com significados e aplicabilidades dependentes dos contextos locais em que são desenvolvidas e aplicadas" (p. 90). A possibilidade de replicar a TS permite às participantes, a partir do primeiro campo de conhecimento da técnica e método da construção da bolsa, elaborar novos paradigmas, inspirando novas iniciativas. Compreendemos que essas mulheres têm maiores capacidades de entrarem na cena pública como novas atrizes, por meio da reelaboração das experiências (Singer & Kruppa, 2004).

Ademais, as oficinas puderam aprender a confeccionar bolsas e carteiras, o que pode ser uma possibilidade de complemento da renda familiar. Esses produtos das oficinas podem ser modificados e adaptados conforme a realidade de cada uma. Tais considerações se refletem no relato de uma en-

trevistada, no qual uma participante afirma que: “[...] Eu gostei muito da terceira oficina, porque a gente pode aproveitar alguma coisa reciclável, né? Tirar do lixo e transformar em uma coisa útil. Ao invés da gente jogar fora, pode agora usar, né não Sheron?” (Cris Vianna, participante das oficinas).

Além do explicitado, “sabe-se que todo e qualquer tipo de transformação e forma de empreendimento/organização imprime marcas significativas nas relações profissionais e pessoais” (Bonilha & Sachuk, 2011). Em razão desse fator, a confecção de bolsas abaixo custo proporcionou às mulheres processos de capacitação e de superação de algumas dificuldades. Através das confecções delas foi desenvolvido nas participantes o reconhecimento de suas potencialidades a partir da aprendizagem de uma nova habilidade. A confecção de bolsas possibilitou o sentimento coletivo de valor pessoal. Góis (2012) indica que esse sentimento se refere ao reconhecimento do sujeito como capaz e potente para atuar perante as dificuldades da vida a partir de reconhecimento social. Observamos esses sentimentos na seguinte fala:

Eu me sinto alegre, em paz, criativa! Não é não Dona Tais? (Risos). Saber que a gente é capaz. No começo é difícil, mas depois a gente sente que é capaz. Agora a nossa capacidade depende da ajuda de vocês, das outras, para a gente sentir que é capaz. Olha como o outro faz, olha como o outro ensina. Aí no final a gente vê o resultado (Sheron Menezes, participante das oficinas).

As oficinas podem ser entendidas como estratégias de apoio social, fornecendo o suporte para o combate das dificuldades cotidianas vinculadas à situação de pobreza. É necessário pontuar que para efetivar uma TS em determinado local, “a comunidade deve participar do processo de formulação, implantação e reaplicação de uma tecnologia, para que esta atenda à sua realidade e, assim, possa gerar a transformação social pretendida” (Bonilha & Sachuk, 2011). Dessa maneira, o apoio social concreto auxilia no desenvolvimento de estratégias de resistência criativas perante o contexto social (Moura Jr., Rebouças Júnior, Alencar, Oliveira, Pinho, Ximenes & Gadelha, 2014). Compreendemos que se apropriar de novas habilidades possibilita fortalecer a imaginação. Foi o que aconteceu com as participantes ao utilizarem os materiais que possuem em casa para confeccionar as bolsas e carteiras, transmitindo nelas seus gostos e preferências. Nessa perspectiva, a confecção de produtos com materiais de utilização cotidiana fortaleceu a criatividade das participantes a partir dos seus contextos de vida.

A ideia de vocês da construção da bolsa, dos grampeadores, é uma nova estratégia, uma nova maneira. Mas que, a gente descobriu que pode usar a cola ou pode usar a linha, que é o mesmo efeito. Foi uma forma que a gente encontrou, porque aí não costura para quem não tem a cola. Com grampeador, a gente também consegue montar (Tais Araújo, participante das oficinas).

Reconhece-se que a criatividade é essencial para o desenvolvimento do

grupo das participantes, bem como identificar as dificuldades e problemáticas. As novas habilidades vinculam-se às ações coletivas que partem do contexto comunitário e visam o (re)conhecimento das potencialidades. A TS de confecção de bolsas também é constituída de desafios que precisam ser superados a partir de soluções que as participantes já desenvolviam em seus contextos de vida, como por exemplo, a costura. Portanto, é necessário criar estratégias que superem as limitações para transformação social na vida das pessoas (Maciel & Fernandes, 2011), adaptando-se a TS também no contexto pessoal, a partir da compreensão das habilidades individuais.

É importante ressaltar que as oficinas de confecção de bolsas foram mediadas por temas vinculados a direitos sociais, benefícios socioassistenciais, inclusão produtiva, economia financeira e cooperativismo. Essas temáticas foram desenvolvidas por meio de dinâmicas que contribuíram de forma significativa, tanto para as extensionistas que mediaram o processo de ministração do conteúdo, como para as oficinairas. Identificamos que essas dinâmicas facilitaram a aprendizagem, como podemos observar no discurso de uma das entrevistadas: "[...] vou falar dos momentos que eu vim, né? Que eu fui bem acolhida, gostei bastante das dinâmicas, principalmente da parte financeira. Foi bastante importante. E ajuda muito na vida da gente" (Juliana Alves, participante das oficinas).

As oficinas com a TS também fortaleceram o vínculo comunitário entre as mulheres participantes. Algumas delas conheciam-se por viverem na mesma comunidade. No entanto, ocorreu um processo de novas formas de reconhecimento dessas mulheres entre si, desenvolvendo-se a intensificação do sentido de comunidade. Deste modo, considera-se que o fortalecimento do sentido de comunidade pode contribuir de forma significativa com a redução da pobreza (Moura Jr., Cidade, Ximenes & Sarriera, 2014). Essa compreensão pode ser identificada por meio da fala da seguinte entrevistada:

"[...] uma coisa que marcou foi que eu descobri o quanto minhas colegas são criativas, né? O quanto tem talento, tem tanto talento escondido, né? Todas que vieram têm. A Maria que não pôde vir hoje, por questões de saúde com as meninas dela, né?! Ela é muito paciente, muito criativa, muito jeitosa. Naquela calma dela, ela consegue... e essas três mimosas, aqui né? São muito criativas. Então, eu descobri talentos que eu não conhecia nelas" (Taís Araújo, participante das oficinas).

Cabe ressaltar que os encontros semanais possibilitaram uma aproximação ainda maior entre mulheres participantes, pois, proporcionou momentos nos quais elas puderam expressar suas angústias, dificuldades cotidianas, além de vivenciarem momentos de descontração, afeto e novas formas de reconhecimento. De acordo com Góis (2005), as atividades comunitárias desenvolvidas de forma prolongada podem fortalecer a vinculação comunitária entre moradores/as das comunidades.

Sabia da bondade delas, mas dos talentos não sabia, não? Sabia que a Alves tinha um pouquinho de talento, mas agora descobri que ela tem mais ainda. E vocês, eu descobri que vocês são muito talentosos para fazer as bolsas também, construir, né? Juntas, né? E quem não conseguia terminava em casa, né? E a Djamilá, minha filha, é uma professora, né? Assim, né? Calma, Djamilá, porque como ela sabe, né? Acho que ela quer ir no passo dela, aí calma, Djamilá (risos) (Sheron Menezes, participante das oficinas).

Há que se levar em conta que o compartilhamento das experiências e vivências das participantes na comunidade permitiu entender como está estruturado o sentido de comunidade, possibilitando uma compreensão mais aprofundada e crítica desse conceito. Ximenes, Lemos, Silva, Abreu, Filho e Gomes (2017) mencionam que populações em situação de pobreza desencadeiam relações com uma ampla gama de aspectos positivos tanto individuais como comunitários. De acordo com McMillan e Chavis (1986), entende-se que os espaços comunitários se configuram a partir de um sentimento de pertencimento com significado pessoal e coletivo. Há a convicção compartilhada de que as necessidades dos membros de uma comunidade serão satisfeitas por meio do compromisso coletivo prolongado, o que podemos observar na fala a seguir: "Eu gostei muito das oficinas. Eu queria que continuasse a aprender a fazer bolsas. Passou pelo menos mais um ano (risos). Eu vou sentir muita saudade das coisas que vocês ensinaram para a gente. Eu dou graças a Deus quando chega segunda-feira pra vim pra cá" (Cris Vianna, participante das oficinas).

É importante mencionar que o fortalecimento das pessoas em situação de pobreza também é uma estratégia para lidar com as adversidades cotidianas (Góis, 2012). Assim, uma das participantes comenta:

Para mim foi um momento de aprendizado e também um momento de relaxamento. Às vezes, eu chegava muito cansada, né? Da tarefa do dia a dia. E aqui, durante a dinâmica, durante a construção das nossas lindas bolsas, eu conseguia relaxar. Ria, parecia que eu saía mais maneira, leve. Agora falem vocês (risos). Além de aprender, né? A gente sai da rotina (Táís Araújo, participante das oficinas).

Além do fortalecimento pessoal e comunitário, as oficinas funcionam como TS que se baseia no enfrentamento da pobreza a partir da aprendizagem de uma nova habilidade com foco na inclusão produtiva. De acordo com Cidade et al. (2014), é de fundamental importância compreender as dimensões psicossociais da pobreza para que se efetive estratégias de combate alinhadas aos contextos. Assim, podem-se ter não apenas informações mais territorializadas sobre as dinâmicas da pobreza, desigualdade e falta de equidade, mas estabelecer agendas de intervenção comunitária direta com uma nova oportunidade de renda.

As oficinas carregadas de sentido social possibilitaram uma difusão do conhecimento a partir da ótica comunitária. "O ser humano deve ser concebido como central no processo de trabalho, devendo ser reconhecido como sujei-

to de direitos e portador de potencialidades" (Accorssi, Accorssi & Guareschi, 2012). Como podemos identificar nesse relato:

Eu gosto muito de fazer flores, né? Principalmente flores de EVA, né? Mas eu descobri que eu também sou capaz de fazer outras coisas. Eu descobri aqui, né? Com a ajuda de vocês, eu posso, consigo. Sou capaz de fazer bolsas belíssimas, né? Eu gostei muito dos modelos. A minha arte não é só para flores, eu sei também... eu sou capaz de fazer outras coisas, eu vou conseguir (Sheron Menezes, participante das oficinas).

Há uma compreensão concreta pelos participantes de que são capazes de criar. A TS de confecção de bolsas fornece novas oportunidades de inclusão financeira. De acordo com Moura Jr. e Sarriera (2019), o apoio social e as oportunidades podem funcionar como estratégia de enfrentamento da pobreza. Além disso, também foram trabalhados elementos que geraram discussões, reflexão e criticidade entre as envolvidas. Foram tratadas temáticas como direitos sociais vinculados aos benefícios socioassistenciais e ao acesso à documentação, educação financeira, acesso a crédito, cooperativismo e análise de mercado. As oficinas foram desenvolvidas a partir das motivações das participantes, de uma forma colaborativa e comunitária. Ressalta-se que é necessário que as pessoas em vulnerabilidade social tenham conhecimento de seus direitos. Fahel, Teles e Caminha (2016) ressaltam que o desafio para os países em desenvolvimento, como o Brasil, é a construção de conhecimento para diminuir a pobreza e potencializar as políticas públicas existentes. Sendo assim, pode-se ver na fala de uma das entrevistadas uma análise crítica sobre a realidade, depois que ela participou da oficina em que trabalhou a questão de direitos sociais.

Não é questão de não gostar em relação ao financeiro aí. É porque tem coisa que a gente aprendeu que não depende nem de nós, nem de vocês, depende do sistema. Do sistema político. A gente pode até buscar, mas a gente vê que tem vários empecilhos, várias dificuldades, que não vai depender de vocês, nem da gente buscar. Vai depender dos órgãos que são responsáveis, pois muita gente é barrada. A gente acha que tem direito e não tem. E com essa mudança que aconteceu, parece que vai ficar mais difícil. Como a questão do LOAS, que a gente pensa que é de um jeito, é de outro (Lucy Ramos, participante das oficinas).

Observa-se que há uma compreensão crítica sobre a realidade. Essas mulheres passaram a entender que a realidade é constituída de políticas públicas e por formas de gestão do governo que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Apesar de captarem a dificuldade, entende-se que essa leitura da realidade é uma forma de apropriar-se da cidadania e das políticas públicas de Assistência Social que estão voltadas para as populações em situação de pobreza (Moura Jr. & Soares, 2017). As mulheres que participaram ativamente das oficinas encontraram um espaço onde podiam compartilhar suas vivências e experiências.

Deste modo, é por meio das narrativas dessas mulheres que se pode evidenciar a função social da Universidade que, através da extensão acadêmica, se tornam possíveis processos interventivos que fortalecem potencialidades individuais e comunitárias. A TS de confecção de bolsas como estratégia para enfrentamento da pobreza torna-se um trabalho para as mulheres, o que resulta em uma nova oportunidade de renda. A TS, além dessa finalidade, no combate da pobreza, por ser uma tecnologia trabalhada com mulheres, em sua maioria donas de casa, também serviu para elevar a autoconfiança e a autoestima das participantes. Além disso, pode ser replicada e ensinada a outras mulheres, gerando o fortalecimento do conhecimento coletivo e do empoderamento das mulheres na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo-se a extensão universitária constituída de diversos matizes, formas de atuação e públicos atendidos, concebe-se a TS como uma forma interventiva e eficaz em prol do compromisso e da mudança social. No entanto, ocorreram dificuldades para o desenvolvimento da aplicação com um número mais amplo de mulheres da comunidade. Além disso, é necessário desenvolver essa TS em outras cidades, identificando se a operacionalização da proposta de aplicação é efetiva em contextos distintos. Igualmente, é necessário também reinventar essa estratégia em contextos de COVID-19, podendo ser desenvolvida em modelo remoto e virtual. Apesar dessas dificuldades, foi possível estabelecer um vínculo comunitário entre as mulheres através da TS, fomentando processos de enfrentamento à pobreza. Ademais, ocorreram processos de fortalecimento pessoal entre as participantes. Compreendemos a extensão como uma ferramenta comunitária, a qual permite uma proximidade do meio acadêmico com o meio social, permitindo um desenvolvimento significativo deste último. A TS também permitiu uma possibilidade de trabalho para as mulheres para além de suas atividades domésticas. Possibilitou, igualmente, o fortalecimento do sentido de comunidade entre asicineiras. Diante disso, pode-se perceber um vínculo comunitário e um pertencimento ao meio em que elas vivem, fomentando leituras críticas sobre a realidade. A mudança social inicia-se pelo âmbito pessoal, influenciando o crescimento individual, subjetivo e, depois, o coletivo.

REFERÊNCIAS

- Accorssi, A. & Scarparo, H. (2019). Social Representations of Poverty. Psychosocial. In: Ximenes, V. M., Nepomuceno, B. B., Cidade, E.C. & Moura Jr., J.F. (Org.), *Psychosocial Implications of Poverty: Diversities and Resistances* (pp. 17-36). Cham: Springer.
- Accorssi, A. Accorssi, H. & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia e Sociedade* (Impresso), 24, 536-546.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. 4. Ed. Lisboa: Edições 70.
- Bava, S. C. (2004). Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. *Fundação Banco do Brasil*, Rio de Janeiro.
- Batista, Z. N. & Kerbauy, M. T. M. (2018). A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13(3), 916-930.
- Beauchair, J. (2009). Quem aprende, ensina. Quem ensina, aprende. Contribuições reflexivas a partir da psicopedagogia. *Portal do Psicólogo*, pp. 1-10. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/AOP0198.PDF>
- Bomfim, L. A. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 777-796.
- Bonilha, M. C. & Sachuk, M. I. (2011). Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança. *Cad. EBAPE.BR*, 9(2), 412-437. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/gDJnjM8zxbPdWZSWvwPWQx/abstract/?lang=pt>
- Cidade, E. Moura, Jr., J. Sarriera. J & Ximenes, V. (2014). Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, 22(2), 341-352.
- Costa, L. S. (2007). O cooperativismo: uma reflexão teórica. *Ciências Sociais em Perspectiva*, 6(11), 56-64.
- Cristofoletti, E. C. & Serafim, M. P. (2020). Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 45(1), 1-20.
- Fahel, M., Teles, L. R. & Caminha, D. A. (2016). Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(92), 1-21.
- Félix, W. J. S., Quirino, R. H. R., Grangeiro, R. R. & Silva Jr, J. T. (2009). A Relação entre Tecnologia Social e o Desenvolvimento Local Participativo: a Apaeb e o

Instituto Palmas como Expressão destes Vínculos. *Revista ADM.MADE*, 13(2), 16-33.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Gibbs, G. (2009). *Análise de Dados Qualitativos*. Porto Alegre: ArtMed.

Góis, C. W. L. (2004). Psicologia Comunitária. *Universitas Ciências da Saúde*, 2(1), 277-297.

Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

Góis, C. W. L. (2012). *Psicologia Clínico-comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste.

Grundy, S. J. & Kemmis, S. (1982). *Educational action research in Australia: the state of the art*. Geelong: Deakin University Press.

ITS BRASIL (2004). *Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil*. São Paulo: ITS.

Lassance, A. & Pedreira, J. S. (2004). *Tecnologia Social: Uma Estratégia Para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil.

Maciel, A. L. S. & Fernandes, R. M. C. (2011). Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, [s.l.], (105), 146-165.

Martín- Baró, I. (2011). Desafios e Perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: Guzzo, R. S. L., & Lacerda, J, F. *Psicologia Social para a América Latina: o Resgate da Psicologia da Libertação*. São Paulo: Alínea, 2 ed., pp.199-220.

Martín-Baró, I. (2017). A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. Violência na América Central: uma visão psicossocial. In: MARTÍN-BARÓ. *Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos Psicossociais*. (pp. 55-65). Petrópolis: Vozes.

Mendonça, S. G. L. & Silva, P. S. (2002). Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. *Extensão Universitária: Ação Comunitária em Universidades Brasileiras*. São Paulo, 3, 29-44.

McMillan, D. W. & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. New York (EUA): *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6-23.

Minayo, M. C. S & Sanches, O (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.

Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M. & Sarriera, J. C. (2014). A construção opressora da

pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85-93.

Moura Jr., J. F. & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. Niterói: *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 76-83.

Moura Jr., J. F., Rebouças Jr., F. G., Alencar, A. B., Oliveira, A. K. S. P., Pinho, A. M. M., Ximenes, V. M., & Gadelha, A. K. S. (2014). Intervención comunitaria con mujeres a partir de la actuación en Red en Psicología Comunitaria: Una Experiencia en una Comunidad en Brasil. *Psicoperspectivas*, 13(2), 133-143.

Moura Jr., J. F. & Soares, N. I. L. (2017). Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) como uma proposta de atuação em Psicologia Comunitária no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). In: Antonio Euzébios Filho. (Org.). *Psicologia(s) Para Além do Consultório - Reflexões e Contextos de Atuação*. Curitiba: Juruá, 1, 163-181.

Nogueira, L. N. (2017). A visão sócio-histórica da construção do feminino: Uma questão de gênero. *Portal dos Psicólogos*, p. 1-16. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1124.pdf>.

Oliveira, I. F. Dantas, C. M. B., Sólton, A. F. A. C. & Amorim, K. M. O. (2011); A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia e Sociedade*. 23(spe), 140-149

Paula, J. A. (2013). A extensão universitária: história, conceito e proposta. *Interfaces - Revista de Extensão*, 1(1), 05-23.

Ribeiro, M. A., Cavalcante, A. S. P., Albuquerque, I. M. A. N. & Vasconcelos, M. I. O. (2016). A extensão universitária na perspectiva de estudantes de cursos de graduação da área da saúde. *Interagir: Pensando a Extensão*, Rio de Janeiro, (21), 55-69.

Rodrigues, I. & Barbieri, J. C. (2008). A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 42(6), 1069-1094.

Rosemberg, Fúlvia. (2001). Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos Feministas*, 9(2), 515-540.

Santana, M. C. S. (2006). Muito Trabalho, Pouco Poder: Participação Feminina Mitigada nos Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe. In: Grossi, M. P. & Schwade, E. (Org.) *Política e Cotidiano: Estudos Antropológicos Sobre Gênero, Família e Sexualidade* (pp. 47-68). Blumenau: Nova Letra.

Sarason, S. B. (1974). *The Psychological Sense of Community: Prospects for a Community Psychology*. San Francisco: Jossey Bass.

Silva, R. B. & Dagnino, R. (2011). O enfoque de análise de políticas e a política pública do pólo e parque de alta tecnologia de Campinas. *Revista de Sociologia e Política*, 19 (40), 171-303.

Singer, P. et al. (2004). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro.

Valadão, J. A. D., Cordeiro Neto, J. R. & Andrade, J. A. (2017). Bases sociotécnicas de uma tecnologia social: o translador da pedagogia da alternância em Rondônia. *Organizações & Sociedade*, 24(80), 89-114.

Valim, R. (2016). El derecho fundamental de acceso a la información pública en el Derecho brasileño. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, 3(1), 169-181.

Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 31(3), 443-466.

Ximenes, V. M. Moura Jr., J. F. & Castro, S. (2015). Pobreza e suas relações com a Psicologia Comunitária na 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 5(2), 156-181.

Ximenes, V. M., Lemos, E. C., Silva, A. M. S., Abreu, M. K. A., Filho, C. E. E. & Gomes, L. M. (2017). Saúde Comunitária e Psicologia Comunitária: suas contribuições às metodologias participativas. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, 11(2), 4-13.

Data de submissão: 16/09/2020

Data de aceite: 21/01/2021